

A formação econômica de Santa Catarina

Alcides Goularti Filho

Doutor em Economia pela Unicamp, Professor do
Departamento de Economia da Universidade
do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Resumo

O objeto de estudo deste texto é discutir a formação econômica de Santa Catarina pós 1880. Para alcançar esse objetivo, foi construída uma nova periodização da história econômica de Santa Catarina, que leva em conta a mudança do padrão de crescimento da economia catarinense. A periodização é a seguinte: os anos de 1880 a 1945 caracterizam-se pela origem e crescimento do capital industrial; os anos de 1945 a 1962 foram marcados pela diversificação e ampliação da base produtiva; o terceiro período começa depois de 1962, quando há a integração e a consolidação da indústria catarinense; e o último período inicia-se em 1990, a partir da abertura comercial e financeira e da desregulamentação da economia com o esfacelamento do Estado.

Palavras-chave

Padrões de crescimento; história econômica catarinense; diversificação regional.

Abstract

The objective this text is studies the economic formation of Santa Catarina after 1880. A new historical arrangement was built, considering the change in the economic growing pattern in Santa Catarina. The time-scale is as the following: from 1880 to 1945 we have the origin and the growing of the industrial capital. From 1945 to 1962 the years were marked the diversification and amplification of the productive base. The third period starts after 1962, when the integration and the consolidation of the industry in Santa Catarina takes place. The last period begins in 1990 starting from the commercial and financial opening and of the deregulation of the economy with the sphacelament of the State.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 03.05.02.**

Introdução

O propósito deste texto é entendermos a formação econômica de Santa Catarina desde 1880. Dentro do movimento de mudança secular e lenta, buscamos compreender a forma pela qual Santa Catarina deixou de ser uma economia de subsistência para se inserir no capitalismo brasileiro, um capitalismo específico, tardio e desorganizado. Dentro dessa formação econômica, procuramos entender a integração de Santa Catarina no sistema nacional de economia, a complementaridade da economia catarinense ao mercado nacional, a especialização regional e as dinâmicas internas.

O texto está dividido em cinco itens. No primeiro, serão discutidos a origem e o crescimento do capital industrial em Santa Catarina durante o período de 1880 a 1945, quando o padrão de crescimento era dado pelo capital mercantil e pela pequena propriedade. Nesse período, nasceram e expandiram-se a indústria têxtil em Blumenau e Brusque, a extração da erva-mate no planalto norte, a do carvão no sul, a da madeira e a produção alimentar em todo o Vale do Itajaí. Esse período também se destacou pela chegada dos imigrantes, com a fundação de vários núcleos coloniais, pela expansão da fronteira agrícola no oeste, pela construção de importantes ferrovias e pela atuação das companhias colonizadoras. Em seguida, será estudado o período de 1945 a 1962, quando houve diversificação e ampliação da base produtiva catarinense. Por um lado, os setores carbonífero, têxtil, madeireiro e alimentar expandiram-se ainda mais, integrando-se com a economia nacional. Por outro lado, surgiram novas e dinâmicas indústrias, como a metal-mecânica em Joinville, a cerâmica no sul e a de papel e celulose no planalto. Com a rápida expansão da indústria catarinense, que estava fortemente se integrando como a industrialização pesada brasileira, houve um estrangulamento na infra-estrutura social básica, com deficiência na malha rodoviária, na oferta de energia e na disponibilidade de linhas de créditos de longo prazo, ou seja, havia uma inércia estatal. No terceiro item, serão abordadas a integração e a consolidação do capital industrial, que vai de 1962 a 1990. Nessa fase, o padrão de crescimento da economia catarinense passou a ser comandado pelo grande capital industrial e agroindustrial e pelos investimentos estatais em infra-estrutura. A economia catarinense integrou-se no mercado internacional, e o planejamento estadual tornou-se uma marca dos sucessivos governos. Os diversos complexos industriais e agroindustriais foram formados e consolidados. No quarto item, serão discutidas a desarticulação política e a reestruturação econômica iniciada pós 1990. A partir desse momento, o Estado começou a se retirar de cena, dando vez à lógica exclusiva do mercado, despolitizando as relações econômicas. Vários segmentos industriais no Estado foram prejudicados com a abertura econômica e com o processo de desnacionalização. Na última parte do texto, será feita uma análise das diver-

sas microrregiões em Santa Catarina, dando ênfase ao processo de diversificação, ou não, das suas respectivas estruturas produtivas nas últimas duas décadas. A conclusão tem tão-somente um caráter reflexivo, dissertando sobre a possível totalidade das economias da Região Sul do Brasil e acerca das especificidades de Santa Catarina.

1 - Origem e crescimento do capital industrial de 1880 a 1945

Mesmo não havendo uma integração comercial e produtiva intra-regional em Santa Catarina até o início dos anos 60, podemos tomar o Estado na sua totalidade a partir de 1880 e iremos constatar que havia características que o unificavam. Como o objetivo neste texto-resumo é estudar o Estado na sua totalidade, o marco inicial de nosso estudo começa em 1880. A vinda de novos imigrantes para as lavouras de café e para o Brasil meridional tornou-se uma política econômica deliberada pelo Governo Imperial somente a partir do último quartel do século XIX. Com a chegada de novos e de mais imigrantes a Santa Catarina, a ocupação e a fundação de novos núcleos coloniais começaram a se dispersar, saindo do eixo norte-Vale, chegando até o sul da província. Antes da chegada dos imigrantes ao sul da província, já havia as localidades: de Laguna, fundada em 1682; de Tubarão, fundada em 1836; de Araranguá, fundada em 1848; e de Jaguaruna, fundada em 1867. Tanto Araranguá como Jaguaruna e as outras localidades no litoral foram colonizadas, basicamente, por açorianos, que praticavam as atividades de pesca, e artesanato afins, e agricultura de subsistência.

A ocupação pelos imigrantes, primeiro os italianos, seguidos dos poloneses e dos alemães, no sul da província iniciou-se em 1877. Eles desembarcaram em Desterro e desceram até Laguna e Tubarão, estabelecendo-se próximos aos rios, onde fundaram os primeiros núcleos coloniais. Mesmo com a presença de alguns municípios e vilas, ao longo do litoral sul e de núcleos coloniais mais no Interior, a região passou a ter um destaque econômico somente com o início das atividades carboníferas e com o início da construção da ferrovia pós 1880 (Dall'Alba, 1983).

O oeste da província foi definitivamente demarcado após o conflito diplomático entre Brasil e Argentina, conhecido como a Questão do Palmas, encerrado em 1895. Em 1850, o Governo Imperial já havia determinado a criação de uma colônia militar na região de Palmas. No entanto, somente com o agravamento do conflito diplomático é que foi apressada a ocupação na região, e, em 1882, foi fundada a Colônia Militar de Chapecó (Heinsfeld, 1996). Um ano após a assinatura do Tratado, começaram as negociações entre o Governo e os agentes

privados para a conclusão da construção da ferrovia São Paulo—Rio Grande, que cortava todo o oeste no sentido norte-sul (Thomé, 1983). Com a inauguração do trecho ferroviário em 1910 e com a colonização da região por imigrantes ítalo e teuto-brasileiros provenientes do Rio Grande do Sul pós 1916 é que a região, efetivamente, passou a ter um destaque econômico mais expressivo, devido à exploração da madeira e da erva-mate e de pequenas atividades agropecuárias (Radin, 1997). Na realidade, a região oeste integrou-se definitivamente ao território catarinense somente depois de assinado o Acordo de Limites com o Paraná em 1916. Mesmo assim, tomaremos como data inicial o ano de 1880, para termos uma unidade espacial de análise em Santa Catarina. Quando foi fundada a Colônia Militar e demarcado o território para a construção da ferrovia, já havia claras intenções do Governo catarinense em anexar a região oeste, tanto que, na questão dos limites, foi dado ganho de causa para Santa Catarina.

Com base nestes fatos, imigração e atividades carboníferas no sul, fundação da Colônia Militar de Chapecó, exploração da madeira e aumento do fluxo de imigrantes para o norte e Vale do Itajaí, podemos tomar como ponto de partida o ano de 1880 para traçarmos uma nova periodização da formação econômica de Santa Catarina, que terá como base a mudança no padrão de crescimento. Como o objetivo é estudarmos o Estado como um todo e entendê-lo dentro de uma unidade de análise, a partir de 1880 já podemos identificar elementos unificadores da sua formação econômica.

Quando afirmamos que no período que vai de 1880 a 1945 predominou o padrão de crescimento baseado na pequena propriedade mercantil e nas atividades tradicionais, não estamos excluindo o planalto serrano. É sabido que a grande propriedade pecuária e extrativista mercantil constituiu a base econômica do planalto serrano por um longo período (Costa, 1982). O padrão hegemônico no Estado era o da pequena propriedade, que ditava o ritmo de grande parte da economia catarinense. Em ambos os regimes de propriedades (grande e pequena), porém, predominava o capital mercantil.

Durante o período de 1880 a 1945, podemos dizer que se originaram e cresceram em Santa Catarina as indústrias madeireira, alimentar, carbonífera e têxtil. A metal-mecânica e a moveleira também nasceram nesse período, porém partiram para um crescimento mais acelerado somente nos anos posteriores. Nesse período, ocorreram duas grandes mudanças sociais-demográficas em Santa Catarina: a primeira, com a entrada de imigrantes europeus, de 1875 a 1900, no Vale do Itajaí, norte e sul, e que se estendeu em ritmo desacelerado até o início dos anos 20; e a segunda, com o movimento migratório de imigrantes e descendentes provenientes do Rio Grande do Sul, a partir de 1917, em direção ao oeste catarinense, estendendo-se até os anos 50, e que fazia parte das frentes pioneiras de colonização capitalista.

A entrada de imigrantes em Santa Catarina, no século XIX, acelerou-se pós 1875, com a política imigratória financiada pelo Governo Imperial, principalmente de imigrantes alemães e italianos, em menor proporção poloneses, austríacos, árabes, eslavos e espanhóis. Os alemães concentraram-se mais na região do Vale do Itajaí e norte (Seyferth, 1973); os italianos no sul e, também, no Vale do Itajaí (Dall'Alba, 1983); e os poloneses no Alto Vale do Rio Tijucas e no planalto norte (Barreto, 1983). Para os imigrantes se instalarem, necessitavam basicamente de três suportes essenciais: financiamento governamental, terras disponíveis e companhias colonizadoras. A viagem e a instalação eram feitas por companhias colonizadoras, que faziam contratos com o Governo Imperial, que se responsabilizava por financiar as viagens.

As companhias colonizadoras desempenharam um papel fundamental para fixar os imigrantes nas colônias catarinenses, no final do século XIX, nas regiões de Blumenau, Joinville e Criciúma (Richter, 1992) e, nos anos 20 até os 50, no oeste (Piazza, 1994). Além das companhias colonizadoras, a construção de estradas carroçáveis e de ferrovias também foi de fundamental importância para fixar os imigrantes, desenvolver o mercado local e integrar a região ao mercado nacional.

A chegada de novos imigrantes depois de 1870 contribuiu para diversificar a economia na província, com o surgimento de novas atividades comerciais e artesanais (pequena produção). A presença de várias pequenas atividades mercantis e manufatureiras (artesanato, pequena indústria) contribuiu para gerar uma acumulação pulverizada e lenta. Por um lado, fundamental para criar uma base produtiva diversificada e, por outro, em razão da lentidão da acumulação, um entrave para gerar um comando capaz de conduzir a integração comercial e produtiva. O crescimento de inúmeras pequenas atividades manufatureiras deve ser entendido pelo parcelamento da propriedade, pelo alto grau de difusão tecnológica dos adventos da Primeira Revolução Industrial (facilidade da cópia) e pela tradição dos imigrantes, que eram provenientes de regiões industriais da Alemanha e de regiões industriais e agrárias da Itália.

Desenvolveu-se no oeste barriga-verde uma colonização baseada no sistema colônia-venda e na pequena propriedade, que era voltada para a economia de subsistência e para a comercialização do excedente (Mamigonian, 1965), estimulando, desde cedo, a formação de um mercado interno, que rapidamente se integrou à economia nacional por meio da ferrovia. Havia um universo de pequenas atividades comerciais e manufatureiras como: mercearias, atafonas, marcenarias, moinhos, fábricas de queijo e salame, fábricas de caixas e de sapatos e fundição. Esse regime de produção, baseado na pequena propriedade, permitiu uma acumulação pulverizada e, ao mesmo tempo, o surgimento de uma diferenciação social em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos.

As frentes pioneiras, o extrativismo vegetal e a construção da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande (EFSPRG), no oeste do Estado (Bellani, 1991; Piazza, 1994; Thomé, 1983), resumem-se num só elemento, que explica a introdução de relações capitalistas de produção no oeste e no Contestado. A ocupação do oeste catarinense, que se estendeu até os anos 50, faz parte do movimento geral da expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, no século XX, que chegou até a Região Norte, passando pelo Paraná, todo o Centro-Oeste e deslocando-se até o sul do Maranhão (Silva, 1982). A ocupação do oeste catarinense não deve ser vista apenas do ponto de vista estratégico territorial para demarcar terras comandadas pelo Governo Federal. Terra é um recurso que incorpora valor e se valoriza, portanto, fonte de acumulação capitalista. As fronteiras no oeste têm uma ligação direta entre o capital industrial, representado pelo grande truste canadense Farquhar (que atuava em vários segmentos em todo o território nacional), e o capital mercantil, representado pelas companhias colonizadoras, que atuavam, simultaneamente e em comum acordo, com os governos locais, no sentido de buscarem a valorização máxima de seu capital, utilizando a terra como fonte de acumulação. Portanto, o objetivo não era apenas demarcar terras, mas, também, acumular capital por meio da venda da terra.

Para demarcar terras, foram criados municípios e vilas; para escoar a produção, foram abertas estradas, ferrovias e construídos portos fluviais; e, para acabar com a violência, do ponto de vista dos colonizadores, foram exterminados os índios e subordinados os caboclos ao trabalho nos moldes capitalistas, ou seja, foram dadas as condições materiais e sociais para a reprodução capitalista. A fertilidade do solo, a mata existente, a ferrovia, as companhias colonizadoras e a chegada dos colonos, inicialmente, formaram uma nova e diferente vida econômica na região.

No início do século XX, começaram a se consolidar os setores que comandariam a economia catarinense até o início dos anos 60: têxtil, madeireiro e alimentar. O aumento da quantidade produzida de madeira, têxtil e alimentos não alterou o padrão de crescimento, baseado no capital mercantil. Além do mais, seria impossível Santa Catarina alterar seu padrão de crescimento, porque o padrão de acumulação nacional ainda era o mercantil. Até meados dos anos 40, a base produtiva da economia catarinense era comandada pelo pequeno e pelo médio capital mercantil. A presença de indústrias com mais de 80 trabalhadores era possível de ser verificada em vários setores, mas representava uma pequena parcela no conjunto, tanto na produção como na geração de emprego.

A partir da segunda metade dos anos 10 até o final dos anos 20, o valor das exportações catarinenses aumentou seis vezes, ritmo que se manteve nos anos

30. Se tomarmos como referência os anos de 1915 e 1929 e acompanharmos a evolução do valor exportado de alguns principais produtos, é possível identificarmos as seguintes mudanças:

- a) a madeira aumentou mais de 22 vezes. Os motivos foram o início da colonização do oeste e do Vale do Rio do Peixe, o aumento das exportações para a Argentina, via Rio Uruguai, e para o Rio de Janeiro e a construção da ferrovia;
- b) a erva-mate aumentou em mais de 13 vezes. Os motivos foram o aumento das exportações para o Uruguai e a Argentina e a estruturação do complexo ervateiro no litoral norte, com a construção da ferrovia e dos engenhos de beneficiamento;
- c) os têxteis (camisas de algodão, fio de algodão, meias de algodão e de seda) aumentaram oito vezes. Os motivos foram o aumento das exportações para São Paulo e Rio de Janeiro e o surgimento de novas fábricas no Vale do Itajaí, principalmente nos anos 20;
- d) os alimentos, em geral, aumentaram como um todo — o feijão, oito vezes; a banha, cinco vezes; a manteiga, quatro vezes e meia; o arroz, duas vezes e meia; e o queijo, nos anos 20, aumentou três vezes e meia. O motivo foi, principalmente, o aumento das vendas para São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba;
- e) o polvilho e a mandioca mantiveram-se estáveis, apesar da forte concorrência com a mandioca do Nordeste;
- f) o carvão surgiu na pauta de exportação durante a Primeira Guerra e manteve-se num ritmo de crescimento até 1927, quando começou a perder espaço para o carvão importado (Santa Catarina. Governador, 1916-1935). O aumento na oferta de carvão foi favorecido pela formação das grandes companhias carboníferas, pela expansão ferroviária e pelos melhoramentos nos dois portos do sul (Laguna e Imbituba).

No geral, o aumento das exportações catarinenses para o mercado interno, de 1915 a 1929, deve ser entendido a partir das seguintes mudanças: (a) a expansão do complexo cafeeiro e seus desdobramentos na expansão urbana em São Paulo (Cano, 1990); (b) o forte processo de diversificação econômica ocorrida nos anos 20 em São Paulo e no Rio de Janeiro com o surgimento de novas indústrias ligadas ao setor metal-mecânico e químico (Cano, 1990; Suzigan, 1986); (c) a expansão urbana na Capital Federal; (d) a construção das ferrovias integrando a Região Sul à Sudeste e de ferrovias ligando o interior catarinense aos portos; (e) a proximidade com duas praças importantes em nível regional, Curitiba e Porto Alegre. Dada a entrada constante de imigrantes, a oferta de mão-de-obra nunca foi escassa em Santa Catarina, não chegando ao ponto de estrangular a produção das principais mercadorias exportadas. O mercado de trabalho para todos os setores era formado por colonos imigrantes, pescadores

açorianos, caboclos do planalto e mão-de-obra oriunda de outros estados (Carola, 1997; Renk, 1997; Hering, 1987; Jesus, 1991). Santa Catarina respondeu positivamente ao aumento da demanda nacional pós 1915.

Devido à estrutura agrária concentrada, às relações escravocratas, ao espírito aventureiro das oligarquias atrasadas, à imitação dos estilos de vida e à falta de objetivo nacional da burguesia, o Brasil chegou, no final do século XIX, com uma forte base agrário-mercantil e com uma fraca base industrial. Na região cafeeira, as indústrias que mais se destacavam eram as ligadas ao complexo cafeeiro exportador e as de bens para assalariados. Nas economias regionais, fora do complexo cafeeiro, predominavam basicamente dois setores: o extrativismo e o alimentar. A indústria têxtil era forte apenas nas capitais. A expansão da renda do complexo exportador pós 1918 estimulava o surgimento, no entremeio, dos setores tradicionais, segmentos mais dinâmicos (metal-mecânico, químico, papel), que se estenderam até 1933, quando começou, efetivamente, a ser pensado um projeto “nacional” de industrialização (Cano, 1990).

Em Santa Catarina, a indústria originária está no segmento extrativo — erva-mate, madeira e carvão —, alimentar — farinha, açúcar e derivados de suínos — e têxtil. Além desses setores manufatureiros, também se destacava a pecuária extensiva nos Campos de Lages.

O salto que a economia catarinense deu nos anos 30 e 40 só pode ser explicado pelo forte engajamento que o Estado teve com a economia nacional, principalmente a paulista, que estava num processo acelerado de formação de um parque industrial integrado. Os estados que estavam mais próximos da economia paulista e que tinham estruturas socioeconômicas mais avançadas (ou seja, um setor comercial e um parque industrial minimamente articulados e uma estrutura de transporte básica, como os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) do que as das antigas regiões produtoras (os complexos açucareiro e pecuarista do Nordeste e a produção de borracha na Amazônia) rapidamente se ajustaram às demandas paulistas pós 30 (Cano, 1985). A urbanização e o aumento da classe operária fizeram aumentar a demanda por produtos básicos: alimentos e vestuário. Já o crescimento da indústria siderúrgica, associado aos transportes de cabotagem e ferroviário, fez aumentar a demanda por carvão mineral.

Ao mesmo tempo em que a indústria paulista nascia e se consolidava, a catarinense caminhava paralelamente. Com a crise mundial de 1929, o rompimento do padrão monetário internacional (padrão-ouro) e o aparecimento de novos atores sociais, rompe-se o velho padrão de acumulação na economia brasileira, que era conduzido pelo setor mercantil agroexportador. A diversificação industrial dos anos 20 exigia a continuidade do processo de crescimento, porém em outras bases materiais e institucionais. No entanto, as bases produ-

tivas em Santa Catarina ainda continuavam as mesmas, e somente a partir de 1945 começou a mudar a estrutura econômica do Estado barriga-verde, com a ampliação da pequena indústria metal-mecânica em Joinville, com o surgimento da indústria de papel, pasta e celulose no planalto e com o das cerâmicas no sul. A indústria catarinense estava se consolidando e começava partir para outra base produtiva, que passava a comandar o processo de acumulação.

O pequeno proprietário, o colono, o caboclo e o pescador são as matrizes sociais dessas transformações. O capital-dinheiro, concentrado nas mãos dos pequenos capitalistas, transformou-se rapidamente em capital-industrial. É a partir desse desdobramento que nasceu o grande capital industrial em Santa Catarina. E é o capital industrial, juntamente com o mercantil, que será o móvel da acumulação no período de 1945 a 1962, um período transitório para a fase de integração e consolidação da indústria catarinense.

2 - Diversificação e ampliação da base produtiva de 1945 a 1962

Do ponto de vista do sistema nacional de economia, a partir de 1933 alterou-se o padrão de acumulação do mercantil-agrário-exportador para o industrial. Já podemos falar em industrialização, porém ela foi limitada pela capacidade de importar e pelas débeis bases técnicas e financeiras — cuja acumulação era horizontal — incapazes, portanto, de comandarem e financiarem os investimentos necessários para o País constituir “forças especificamente capitalistas de produção”. Houve, nesse período, um crescimento do departamento de bens de produção. No entanto, ainda foi insuficiente para atender às necessidades da economia, que estava em franca expansão. Nesse período, a economia paulista foi novamente a mais beneficiada com os investimentos, até porque, no passado, a expansão do complexo cafeeiro se concentrava mais em São Paulo. Algumas regiões, não suportando a concorrência com a indústria paulista, foram sufocadas, e outras, beneficiadas em função do aumento das articulações comerciais estabelecidas com a economia paulista (Mello, 1988; Tavares, 1998; Cano, 1985).

Em Santa Catarina, devido à baixa capacidade de acumulação (excluindo os têxteis), à desintegração econômica e à falta de aporte financeiro, o período de ampliação e diversificação do capital industrial iniciou-se somente na segunda metade dos anos 40. Até então, o destaque ficava por conta das indústrias madeireira, ervateira, carbonífera, de alimentos e têxtil, ou seja, setores tradicionais, com pouca capacidade de difusão tecnológica a jusante e a montante, sendo que os três primeiros estão ligados à disponibilidade de recursos natu-

rais. O núcleo mais dinâmico concentrava-se em Joinville — que surgiu antes de 1945 —, estava em fase de consolidação e era composto por pequenas oficinas mecânicas e funilarias, portanto, incapaz de imprimir um ritmo acelerado à economia catarinense.

No período 1945-62, assiste-se, na economia catarinense, a uma verdadeira diversificação e ampliação da base produtiva. Houve uma diversificação, porque surgiram novos setores como os de papel, papelão, pasta mecânica, cerâmico, metal-mecânico, plástico, materiais elétricos e indústrias ligadas ao setor de transporte. Houve uma ampliação, porque: (a) os setores como o de papel, papelão, pasta mecânica, móveis e metal-mecânico, que nasceram antes ou nos anos 30, aumentaram a produção com o surgimento de novas indústrias; (b) os setores carbonífero e têxtil ampliaram a capacidade produtiva; (c) e a agricultura começou a se industrializar, transitando do complexo agrocomercial para o complexo agroindustrial. Esse período foi uma fase transitória, em que ainda perduram traços do padrão de crescimento baseado na pequena produção mercantil, e, ao mesmo tempo, começam a surgir elementos de um novo padrão, baseado no médio e no grande capital industrial. Os setores com potencialidades mais dinâmicas, o metal-mecânico, o cerâmico e a produção de papel e pasta mecânica, nasceram da pequena produção e voltaram-se para o mercado nacional, expandindo-se, rapidamente, num momento em que a industrialização pesada estava num processo acelerado de expansão e consolidação.

Durante o período 1945-62, houve uma expansão dos setores tradicionais que se originaram no período anterior. Ao mesmo tempo em que se expandiam, havia uma diversificação a partir do próprio setor: o madeireiro diversificou-se para a produção de papel, papelão e pasta mecânica, e do setor dos alimentos nasceu a agroindústria.

Durante o período 1945-62, ocorreu um verdadeiro alargamento da divisão social do trabalho em Santa Catarina: por um lado, com o surgimento de novos setores, como o cerâmico, a consolidação e a expansão acelerada do metal-mecânico e a diversificação do complexo madeireiro para papel e pasta mecânica; por outro lado, com a ampliação do têxtil e do carbonífero e o início da transformação do alimentar para o agroindustrial. O surgimento dessas novas indústrias, internamente, é resultado da metamorfose do capital mercantil para o industrial. O capital-dinheiro acumulado na esfera mercantil transformou-se em capital industrial, mesmo num processo lento de acumulação. A lenta acumulação da pequena produção mercantil foi acelerada quando o capital se engajou no “projeto nacional de industrialização” e no planejamento estadual, surgindo as grandes indústrias catarinenses. A grande empresa passou a subordinar o pequeno capital, num processo de complementaridade. É a pequena produção gerando as condições para a sua própria negação. Com base no número de

funcionários, podemos afirmar que o setor têxtil era o único que se constituía como oligopólio competitivo, com forte inserção nacional. Houve uma rápida expansão das indústrias metal-mecânica, com destaque para a Tupy, que apresentava elementos de uma grande indústria, e a indústria alimentar. No entanto, esse movimento de ampliação e diversificação da base produtiva sofria constantes limites: falta de energia, recursos financeiros e infra-estrutura viária e portuária. Esses limites reforçavam, ainda mais, a desintegração econômica do Estado, em que cada região se especializava em determinado setor, sem articulação comercial ou produtiva com as demais regiões.

Santa Catarina apresentava uma base industrial “quase implantada”. As condições materiais exigiam novas formas superiores de organização capitalista, organizadas a partir do Estado para liberarem as forças produtivas que entravam o processo de acumulação. Era uma fase transitória.

O sistema de geração e distribuição de energia elétrica em Santa Catarina, antes da criação da Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A (Celesc), em 1955, não se diferenciava de muitos estados brasileiros, ou seja, um sistema fragmentado, sendo alimentado por pequenas iniciativas privadas locais ou por multinacionais (Almeida; Schmitz, 1995). Em Santa Catarina, o sistema de transporte rodoviário, até os anos 40, era ainda muito precário. O Estado era todo recortado com estradas de cargueiros e com poucas estradas de rodagem. O sistema bancário em Santa Catarina, até o início dos anos 60, era constituído por uma série de pequenas casas bancárias, que tinham abrangência local e financiavam apenas a pequena propriedade rural para investimentos de curto prazo (Schmitz, 1991).

As mudanças na base concreta da economia catarinense, iniciadas a partir de meados dos anos 40, exigiam novos arcabouços institucionais, financeiros e novos investimentos em infra-estrutura social. As condições concretas não se adaptavam mais às necessidades de expansão do capital, diminuindo, com isso, o seu ritmo de acumulação. O livre desenvolvimento das forças produtivas estava sendo barrado pela falta de infra-estrutura e de capital financeiro. Para entrar numa nova fase de crescimento e mudar o seu padrão, eram necessários investimentos vultosos. Dada à acumulação horizontal e à falta de comando, somente o Estado, tanto em âmbito nacional como estadual, dispunha de capital suficiente e capacidade de articulação para comandar os investimentos perseguidos pelo capital industrial.

Dadas as condições nacionais favoráveis e às novas iniciativas estaduais, a partir de 1962, a reprodução do capital em Santa Catarina começou a se ampliar com maior liberdade e intensidade. A barreira começou a ser transposta.

3 - Integração e consolidação do capital industrial de 1962 a 1990

O padrão de crescimento da indústria catarinense, até meados dos anos 40, era baseado na pequena propriedade e nos setores tradicionais da economia, ficando, por um longo período (1880 a 1945), alterando apenas a quantidade produzida. A partir de meados da década de 40, a indústria catarinense começou a ampliar e a diversificar a sua base produtiva com o surgimento de setores dinâmicos. A infra-estrutura social básica e os arranjos institucionais não estavam preparados para tal processo de diversificação, obrigando o Estado a intervir na economia para facilitar o processo de acumulação. O padrão de crescimento alterou-se a partir de 1962, com o novo sistema de crédito, com os investimentos em energia e transporte e com a consolidação do setor eletro-metal-mecânico, liderado pelas médias e grandes indústrias. Mesmo nos setores tradicionais, várias firmas se consolidaram, incorporaram outras marcas, tornando-se líderes nacionais. Internamente, o movimento geral da indústria catarinense passou a ser conduzido por grandes e médias empresas nos setores de alimentos (Sadia, Perdigão, Chapecó, Coopercentral, Seara e Duas Rodas), eletro-metal-mecânico (Tupy, Consul, Embraco, WEG, Kohlbach, Busscar e Duque), cerâmico (Eliane, Cecrisa, Icisa, Portobello e Cesaca), têxtil-vestuário (Hering, Artex, Karsten, Teka, Sulfabril, Malwee, Renaux, Buettner, Cremer, Marisol, Malwee e Döhler), papel e celulose (Klabin, Igaras, Irani, Trombini e Rigesa), madeireiro (Sincol, Adami, Battistella e Fuck), carbonífero (CBCA, CCU, Metropolitana, Criciúma, Catarinense e Próspera), moveleiro (Cimo, Artefama, Rudnick e Leopoldo), plástico (Hansen — Tigre e Cipla —, Canguru e Akros) e porcelanas e cristais (Oxford, Schmitz, Ceramarte, Blumenau e Hering).

A mudança do padrão de crescimento em Santa Catarina só pode ser entendida, em primeira instância, pela mudança do padrão de acumulação em nível nacional, que tinha como tripé básico o capital estatal, o externo e o nacional (a perna fraca). Na maioria das unidades federativas periféricas, a diversificação e a integração produtiva deram-se com a presença do capital estatal, que financiava e isentava projetos privados ou investia diretamente. Já em outras unidades federativas, que tiveram uma formação socioespacial diferenciada, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a diversificação e a integração produtiva foram comandadas pelo capital de origem local e pelo Estado.

A formação dos complexos agroindustriais em Santa Catarina está dentro desse movimento geral de constituição dos complexos em nível nacional e só pode ser entendida a partir da modernização conservadora e da industrialização da agricultura no Brasil (Silva; Kagayama, 1998). A industrialização pesada pós 1955, a criação de vários centros públicos de pesquisas básicas, a implantação

dos complexos petroquímicos ligados à Petrobrás e a consolidação de uma política nacional de crédito rural, ou seja, a forte atuação do Estado, permitiram a formação dos complexos agroindustriais em todo o País. Esses são os sustentáculos da modernização conservadora e dolorosa (Mello, 1988; Silva, 1982). Embora Santa Catarina tenha uma estrutura fundiária menos concentrada do que muitos estados brasileiros, os setores mais beneficiados com créditos, subsídios, amparo tecnológico e suporte técnico foram as grandes empresas. Em boa medida, a explicação para o “sucesso” dos grandes frigoríficos em Santa Catarina reside no longo processo de modernização conservadora e nas benesses da política agrícola (incluindo subsídios e financiamentos), deliberados pelo Estado.

Em 1962, começou um novo período em Santa Catarina, quando o capital industrial passou a ser o móvel da acumulação capitalista. A modernização da agricultura, com a mutação do complexo agrocomercial — dos moinhos e frigoríficos, que comercializavam produtos quase que *in natura* — para o complexo agroindustrial de carne reforçou e consolidou o novo padrão de crescimento em Santa Catarina, comandado pelo Estado e pelas grandes e médias indústrias e agroindústrias.

Acompanhando o movimento geral da industrialização brasileira, o padrão de crescimento em Santa Catarina sofreu profundas alterações a partir de 1962, quando a economia passou a ser pensada por órgãos governamentais. Apesar de a primeira experiência em planejamento ter sido o Plano de Obras e Equipamentos (POE) — 1956-60, foi somente com o Plano de Metas do Governo (Plameg) — 1961-65 que efetivamente o Estado passou a utilizar instrumentos ativos de políticas econômicas para implantar e ampliar a infra-estrutura social básica e para financiar o capital privado local. A mesma proposta do Plano foi repassada para o Plameg II (1966-70) e para o Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD) — 1971-74 e, em menor proporção, ao Plano de Governo (PG) — 1975-1979 (Bornhausen, 1955; Reis, Fontana, 1975; Salles, 1971; Schmitz, 1985). Destacamos quatro grandes áreas de atuação dos Planos:

- a) financeira - dotar o Estado de capacidade financeira para financiar investimentos de longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivos;
- b) transporte - integrar as mesorregiões produtoras aos mercados nacional e estadual;
- c) energia - ampliar a área de atuação da Celesc, distribuindo e gerando mais energia; e
- d) telecomunicações - aumentar a rede de telefonia e a oferta de linhas.

É o Estado atuando como forma superior de organização capitalista, alargando as bases produtivas e ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas.

A partir de novas bases econômicas pós 1962, montadas pelo Estado, começaram a despontar, nacional e internacionalmente, os grupos catarinenses, que passaram a comandar e a internalizar com maior intensidade o crescimento industrial no Estado. Portanto, a integração regional catarinense só pode ser entendida a partir das políticas estaduais de desenvolvimento e da articulação nacional e intra-estadual entre os grandes grupos econômicos, o que nos leva a concluir que a integração e a consolidação da indústria catarinense só pode ser pensada depois de 1962.

Os planos executados em Santa Catarina, desde 1955, podem ser classificados em quatro grupos, de acordo com seus objetivos e resultados práticos. O POE foi uma aproximação ao planejamento econômico em Santa Catarina, tinha várias metas, porém poucas foram cumpridas, pela falta de experiência em planejamento e pela falta de um aparato institucional. O Plameg, o Plameg II, o PCD e o PG de 1961 a 1979 podem ser classificados como planos com objetivos e resultados concretos afinados com os objetivos nacionais. O Estado foi um dos atores principais. Durante esse período, a infra-estrutura social básica catarinense foi profundamente alterada, removendo os pontos de estrangulamento, sobretudo no tocante à energia e ao transporte. Devido às crises fiscal e financeira do Estado, o Plano de Ação (PA) do Governo Jorge Konder Bornhausen inaugurou uma nova fase: planos com boas intenções, porém sem programas bem definidos e sem uma ação efetiva do Estado, ou seja, houve plano, mas não planejamento. Eram planos com um perfil globalizante e simbólico e que, rapidamente, ficavam desatualizados, pois não havia uma amarração funcional. O Estado começou a atuar como coadjuvante. Mesmo assim, durante os Governos Jorge Bornhausen, Amin e Pedro Ivo Maldaner, foi executada uma série de investimentos na infra-estrutura social básica, não perdendo o Estado por completo a capacidade de investimento e regulação (Bornhausen, Córdova, 1979; Campos, Maldaner, 1987; Helou Filho, Fontana, 1982). Com a entrada do Brasil no modelo neoliberal ajustando-se às políticas do Consenso de Washington, o Estado-nação e os Estados nas unidades subnacionais inauguraram uma nova etapa: o regresso liberal. Agora o Estado começa a atuar como mero figurante no processo de ordenamento econômico. Há uma mudança na ontologia das relações e na ossatura material do Estado. O desmonte do aparelho estatal desarticulou os nexos que uniam o Estado à dinâmica interdepartamental e à formação da infra-estrutura básica, mudando o padrão de acumulação em nível nacional e o padrão de crescimento em nível estadual. Assim foram os Governos Kleinübing, Paulo Afonso e Amin (Kleinübing, Reis, 1990; Helou Filho, Bauer, 1999; Vieira, Hülse, 1994).

A criação do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BDE), antigo BESC e a do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), ambos em 1962, inauguraram uma nova fase no sistema de crédito

no Estado (Schmitz, 1991; Fonseca, 1988). O eixo central do sistema financeiro deslocou-se do crédito ao consumo para o crédito ao investimento de longo prazo. Após o reordenamento do BDE, no final dos anos 60, foram criados outros mecanismos de fomento, como o Fundesc, o Procape e o Prodec, além da criação do Badesc, todos com um propósito claro: fomentar e incentivar a indústria e a agroindústria catarinense.

Fazendo uma análise de todos os recursos liberados pelo BDE, Fundesc, Procape, BRDE, Badesc e Prodec, é fácil entendermos por que o complexo agroindustrial deu um salto quantitativo e qualitativo, por que o complexo eletro-metal-mecânico se tornou tão dinâmico, por que a indústria de revestimentos cerâmicos integrou-se, rapidamente, nas economias nacional e internacional e por que o Vale do Itajaí se consolidou como o segundo pólo têxtil do País. Buscar explicação na figura do empresário inovador para entender o dinamismo da indústria catarinense no mínimo torna a análise descontextualizada. Não existe empresário inovador sem um arranjo institucional e financeiro propício à realização de novos investimentos, sem um estado de confiança, sem expectativas favoráveis e com retorno garantido. Esse aparato financeiro que promove as finanças industrializantes faz parte de um movimento geral da industrialização brasileira. A industrialização brasileira e, por extensão, a ampliação e a integração produtivas em Santa Catarina são um imperativo político e não obra do mercado, da mão invisível ou da capacidade inovadora de um indivíduo. Resumindo: em boa medida, reside nas finanças industrializantes a resposta do sucesso de muitas empresas catarinenses.

4 - Desarticulação política e reestruturação econômica pós 1990

Os anos 90 inauguraram uma nova fase na economia latino-americana. Durante um longo período, que iniciou em 1930 e se estendeu até o final dos anos 70, os governos latino-americanos tiveram uma ampla margem de manobra para manipularem políticas econômicas em prol da industrialização de seus respectivos países. O crescente endividamento nos anos 70 permitiu que muitos países latino-americanos continuassem seus projetos de industrialização. A disponibilidade de liquidez internacional proporcionada pelo petrodólar reduziu bruscamente as taxas de juros internacionais, tornando atrativa a tomada de recursos externos. Dada à atrofia do capital financeiro no Brasil, em boa medida, o II PND foi financiado por recursos externos. A quebra do padrão de financiamento, a crise fiscal do Estado e o seu enfraquecimento enquanto poder de comando começaram a desenhar uma nova ontologia das relações na economia brasileira (Baer, 1993; Lopreato, 1992; Carneiro, 1993). Quando se altera a

relação entre o poder público e a dinâmica interdepartamental e o grande capital nacional, também se altera o padrão de acumulação. Com a desarticulação política do Estado na condução do processo de acumulação, investindo na infra-estrutura social básica e na regulação econômica e financeira, o grande capital multinacional, principalmente o financeiro, passou, de fato, a comandar o processo de acumulação. As privatizações e as desnacionalizações suicidas, associadas ao novo ciclo de endividamento especulativo externo dos anos 90, ao mesmo tempo enfraqueceram e fortaleceram o Estado: enfraqueceram no sentido de formular novas políticas de desenvolvimento em bases nacionais e fortaleceram para conduzir os ganhos especulativos do mercado financeiro.

É dentro desse movimento mais amplo que devemos entender as mudanças estruturais na economia catarinense pós 1990, como a redução das atividades estatais, a reestruturação da indústria cerâmica, o desmonte do setor carbonífero, a reestruturação patrimonial no complexo eletro-metal-mecânico, a desverticalização e a retração no segmento têxtil-vestuário e a desnacionalização no complexo agroindustrial.

Uma das características que sempre marcou o desempenho do setor de revestimentos cerâmicos no sul de Santa Catarina foi a sua forma agressiva de atuar no comércio internacional. Em função da retração do mercado interno, durante a década de 80, a conquista do mercado externo tornou-se condição *sine qua non* para a manutenção e a reprodução da capacidade instalada das cerâmicas, obrigando as cerâmicas a introduzirem prematuramente — comparado com a inserção de outros setores — os novos métodos de produção e gestão. No início dos anos 80, as exportações de pisos e azulejos em Santa Catarina eram de, aproximadamente, US\$ 5 milhões, representando 9,0% das exportações nacionais, chegando, no final da década, próximo dos US\$ 50 milhões, 28,7% das exportações nacionais. No final dos anos 90, as exportações já ultrapassavam os US\$ 100 milhões, representando 43,8% das exportações nacionais (Secex/SED-SC). Quando a abertura do mercado começou a ser uma dura realidade para a economia brasileira, muitos setores foram profundamente abalados e outros simplesmente excluídos do mercado. Como as indústrias cerâmicas do sul catarinense, no que tange à incorporação de novas tecnologias, estavam, de certa forma, adaptadas para uma nova etapa de concorrência internacional, evitou-se um desmantelamento do setor. Quando os novos equipamentos, máquinas ou insumos eram difundidos na Europa, rapidamente eram alocados nas cerâmicas catarinenses.

O ano de 1990 marcou o fim do longo ciclo expansivo e acelerado do carvão, iniciado durante a Primeira Guerra, em que havia uma forte presença estatal no setor. O Governo Collor simplesmente liberou a importação do carvão metalúrgico, desobrigou as siderúrgicas estatais a comprarem o carvão nacional, acabou totalmente com as cotas e fechou o Lavador de Capivari e as unida-

des da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) em Imbituba e Criciúma. Associado a essas medidas, iniciou o processo de privatização, que atingiu diretamente a Companhia Próspera, subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), demitindo mais de 1.500 trabalhadores. Os trabalhadores da Próspera ficaram quase dois anos num movimento de resistência à privatização da empresa, aguardando uma reversão da política econômica em prol da estatal. A solução imediata veio com a venda da estatal para a Metropolitana, que criou a Nova Próspera. Como a nova empresa não cumpriu os prazos estabelecidos e ficou impossibilitada de minerar numa área de preservação ambiental, a Próspera, novamente, voltou às mãos da CSN agora privatizada, que a fechou por definitivo em 1995 (Goularti Filho, 1995).

A indústria brasileira entrou na “década perdida” sem avanços significativos. Apenas manteve o parque industrial montado e herdado das políticas industriais do passado. Os anos 90 significaram verdadeiros retrocessos para segmentos representativos da indústria nacional. Em Joinville, pode-se observar a reestruturação patrimonial da Tupy, desfazendo-se de parte de suas unidades em prol do capital externo (setor de tubos e conexões em PVC), a aquisição da Douat pela Franke e da Akros pela Fortilit e a perda de 30,0% do mercado nacional de peças para bicicletas pela Duque em favor das importadas. A crise social só não foi maior porque foi amortecida pelo surgimento de inúmeras micro e pequenas empresas, que ficam na franja das médias e grandes.

O segmento têxtil-vestuário foi o setor mais atingido em Santa Catarina com o processo de abertura comercial e sobrevalorização. Com a abertura comercial, reduzindo as alíquotas de importação de 105% em 1990 para 20,0% em 1993, e a recente sobrevalorização cambial, ocorreu uma maciça importação de produtos acabados nos ramos têxtil e vestuário, fazendo com que as exportações catarinenses no ramo têxtil caíssem de US\$ 423,6 milhões em 1993 para US\$ 258,7 milhões em 1999, uma queda de 63,7%, reduzindo a participação do total exportado no Estado para 10,1%, ou seja, uma queda de 50,0%. Dentro do segmento, o item mais prejudicado foi o de confecção em geral (Secex/SED-SC). Uma empresa como a Hering, que em 1992 chegou a exportar US\$ 100 milhões, em 1998 exportou apenas US\$ 18 milhões. Do total exportado pela Hering, 50,0% era destinado aos EUA e Canadá, esse índice caiu para zero em 1998.

Com a sobrevalorização cambial e a facilidade de entrada do capital externo para adquirir ativos nacionais, o complexo agroindustrial catarinense foi duramente castigado com uma reestruturação patrimonial em favor de multinacionais. Associado a essa desnacionalização, assistimos, nos anos 90, a uma redução brutal no número de suinocultores e a uma readaptação dos avicultores. Em 1990, Aurora, Sadia, Perdigão e Chapecó tinham uma rede nacional de 36.050 integrados (suínos e aves), passando para 22.198 em 1999, representando uma

queda geral de 38,4% na década. Com as novas exigências impostas pelos frigoríficos, como ganho de escala, novos sistemas de iluminação e ventilação e salas para as matrizes melhor adaptadas, além da estratégia de trabalharem com integrados que ficaram dentro de um raio de abrangência mais próximo da empresa, o número de suinocultores teve uma queda considerável. No final de 1999, havia apenas 16.000 suinocultores, na sua grande maioria integrados. A redução de integrados na suinocultura pode ser acompanhada pelos dados fornecidos pela Sadia e pela Aurora. Percebe-se que, até o início dos anos 90, o número de integrados aumentava constantemente: a Sadia chegou a ter, em nível nacional, 14.500 integrados de suínos, reduzindo para 4.890 em 1999, e a Aurora reduziu de 8.910 para 5.947. Em compensação, dado o aumento de escala, o número de matrizes Aurora passou de 6,5 por propriedade para 14,34.

Nos anos 90, a falta de uma diretriz nacional isolou as unidades subnacionais na elaboração de seus planos. A prática do planejamento já começou a entrar em crise no Brasil ainda nos anos 80, quando o Estado começou a enfrentar o problema do endividamento externo e de seus desdobramentos internos. O Estado ficou engessado na dívida externa e na crise fiscal e financeira, sem condições de elaborar novos planos com objetivos nacionais. A cada plano que passava, reduzia-se a atuação do Estado-nação e aumentava a crença no mercado. Essa lógica perversa está associada a um movimento mais geral da história recente, que são o neoliberalismo e a cosmopolitização das finanças.

5 - Dinâmica regional recente

O objetivo neste item é fazermos uma análise da dinâmica recente de diversificação, ou não, da base produtiva das microrregiões em Santa Catarina, nas duas últimas décadas. Portanto, esta análise perpassa os dois últimos períodos analisados.

Os anos 80 representaram, para a economia latino-americana, um longo período de baixo crescimento econômico, ocasionado pela crise da dívida externa e pelo enfraquecimento dos Estados nacionais em formularem políticas de desenvolvimento voltadas para os interesses nacionais. No Brasil, a situação não foi diferente. Durante toda a década de 80, ficamos mergulhados numa crise fiscal e financeira, que se originava na dívida externa e na interna. O longo período de crescimento que se iniciou nos anos 30, com taxa média de 7,5% ao ano, se esgotou em 1981. Dada a atrofia do sistema bancário nacional, que ainda não havia formado um capital financeiro forte (banco mais indústria), durante todo esse longo período de crescimento, o padrão de financiamento foi baseado essencialmente em recursos externos e em fundos públicos. Com a crise da dívida, voltamos a encontrar o nosso velho problema: o financiamento,

ou seja, como financiar o crescimento sem a constituição de um forte capital financeiro nacional. O problema do financiamento é um espectro que ronda a economia brasileira, desde quando mergulhou num “projeto de industrialização acelerada”. A década de 80 foi considerada, por alguns ideólogos da CEPAL, a “década perdida”, porém é mister destacar que foi menos infame do que a de 90 (Tavares, 1998).

A média de crescimento do PIB brasileiro nos anos 80 girou em torno de 2,0% ao ano. Contudo, se formos analisar o desempenho de algumas unidades federativas, vamos perceber que a década não foi perdida para todos. Alguns estados tiveram um desempenho bem acima da média nacional, como foi o caso de Maranhão, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Os que tiveram um desempenho próximo à média nacional foram São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul (Pacheco, 1998). Vejamos os múltiplos determinantes que mantiveram o crescimento econômico em Santa Catarina em torno de 5,3% ao ano em dois níveis: o microrregional e o estadual.

Na Região Sul, o crescimento foi basicamente estimulado pelo grande salto quantitativo da produção de carvão, iniciada pós 1973, quando a produção saltou de 4,3 milhões de toneladas em 1973 para 19,7 milhões em 1985. Mesmo com o início do desmonte do aparato estatal pró-carvão em 1986, podemos afirmar que a segunda metade dos anos 80 testemunhou a continuidade de uma política de proteção, a continuidade de um “modelo”. O setor cerâmico continuou ancorado ao BNH até a sua extinção em 1986, e o ritmo da produção manteve-se acelerado com a abertura de novas unidades fabris (Goularti Filho, 1996). Os grupos Cecrisa e Eliane mantiveram um ritmo constante de inovação tecnológica, além de se integrarem nacionalmente. Em termos de exportação, em 1983 os azulejos e pisos catarinenses participavam com 9,0% das exportações nacionais, saltando para 28,7% em 1989 (SED-SC). Ao lado da consolidação das cerâmicas, surgiram as indústrias de calçados, de matérias plásticas e do vestuário, que se mantiveram num ritmo contínuo de crescimento, sobretudo na geração de emprego. O setor calçadista foi um grande gerador de emprego; em meados da década chegou a ofertar 5.500 empregos diretos, perdendo apenas para o carbonífero. O último *boom* da indústria carbonífera, pautado no forte apoio estatal e na diversificação produtiva, explica o bom desempenho da economia sul catarinense nos anos 80.

No oeste, a continuidade do crescimento foi garantida pela forte expansão dos cinco grandes frigoríficos, tanto em nível nacional como estadual. A despeito de toda a crise, o setor de alimentos manteve-se em ritmo constante de crescimento. As exportações de carnes, que iniciaram na segunda metade dos anos 70, passaram a ser responsáveis por mais de 13,0% das exportações catarinenses no final dos anos 80 (SED-SC). O número de integrados na

suinocultura começou a reduzir-se drasticamente somente no início dos anos 90. Em termos de diversificação, somente Joaçaba conseguiu sair da dependência exclusiva do complexo agroindustrial de carne, com o desenvolvimento de um setor metalúrgico de abrangência regional, voltado para o setor agrícola, que se originou nos anos 40 e foi lentamente se modernizando.

No planalto norte e no Alto Vale do Rio do Peixe, o *pinus* reflorestado nos anos 60 e 70 já começava a ser cortado em meados dos anos 70, expandindo-se por toda a década. Na região de Caçador, Canoinhas e Mafra, ocorreu uma diversificação da produção dentro do próprio complexo madeireiro, com o início da produção de compensados, laminados, painéis, aberturas e perfilados de madeira. Essa diversificação estimulou o surgimento de novas atividades prestadoras de serviços e fornecedoras de peças, equipamentos e produtos químicos. Nos Municípios de Rio Negrinho, Campo Alegre e São Bento do Sul, o setor moveleiro ganhou novos impulsos, com a produção mais voltada para o mercado externo, que estava se adaptando aos novos estilos de móveis, com base em madeira replantada. A cidade de Rio Negrinho passou por uma crise com o fechamento da Móveis Cimo no início da década, mas rapidamente se recompôs com o surgimento de pequenas marcenarias, que foram abertas pelos ex-funcionários da Cimo.

Na produção de papel e celulose, o Brasil tornou-se alvo de investimentos de grandes grupos estrangeiros, que saíram dos EUA e da Europa em função de rigorosas leis ambientais. A expansão da Rigesa, Klabin, Igaras e Trombini ditaram os rumos do setor em Santa Catarina. A produção de papel e celulose quase que dobrou na década, e as exportações de papel *kraft* saltaram de 14,4 mil toneladas em 1981 para 150 mil em 1989 (ANFPC, vários anos). Com o reflorestamento, as firmas tornaram-se mais verticalizadas, expandindo a produção por todo o Alto Vale do Rio do Peixe, planaltos norte e serrano. Também merece destaque, no planalto, a formação do complexo agroindustrial da maçã, localizado em Fraiburgo e que se estende até São Joaquim (Boneti et al, 1999).

No Vale do Itajaí, os grupos econômicos ligados ao setor têxtil partiram para a diversificação de seus investimentos, entrando nos ramos alimentício, comercial e financeiro. A indústria têxtil ampliou a cadeia produtiva e disseminou, na região, uma rede de pequenas e médias indústrias dos vestuários, com a formação de um aglomerado de serigrafias, bordadeiras, estamparias e fábricas domiciliares e industriais. A cidade de Brusque começou a se adaptar para tornar-se, nos anos 90, um grande centro de vendas da indústria têxtil e do vestuário, voltado para pequenos e médios comerciantes. As exportações de têxteis tiveram um aumento contínuo na década, praticamente dobrando a sua participação na pauta de exportação estadual e aumentando em mais de 50,0% na nacional. A diversificação para outros ramos industriais não foi tão acentuada em Blumenau como foi em Criciúma e Jaraguá do Sul, destacando-se algumas

indústrias de materiais elétricos de médio porte e os investimentos da WEG e da Kohlbach.

O setor bens de capital foi o mais prejudicado durante a crise dos anos 80, com uma retração nacional de 26,0% (Suzigan, 1992). A indústria do norte catarinense não passou ao largo dessa crise, amargando resultados não muito positivos. A Fundação Tupy, que sempre exerceu um forte comando na indústria regional, enfrentou sérias dificuldades financeiras, mantendo praticamente estável a oferta de emprego, prejudicando várias pequenas e médias empresas, prestadoras de serviços e coligadas. No entanto, temos exemplos de empresas que expandiram fortemente a produção, como é o caso da Busscar, da Consul e da Embraco. A Embraco voltou-se para a exportação, conquistando uma fatia considerável no mercado internacional e tornando-se a terceira maior exportadora do Estado. A Busscar aumentou em mais de 60,0% a sua participação no mercado nacional de carroçarias. O impacto da crise em Joinville também foi amenizado pela expansão de algumas metalurgias de médio porte, como a Duque, a Ciser, a Wetzel e a Schulz, e, sobretudo, pelo dinamismo espraiado pelos maciços investimentos da WEG em toda a região. No setor têxtil, Joinville viu seu parque fabril encolher, com o fechamento de antigas marcas. Apenas a Döhler continuou expandindo a sua produção e consolidou-se como uma das maiores em Santa Catarina. Em Jaraguá do Sul, a forte diversificação em três segmentos consolidados na área de eletro-metal-mecânico, alimentos e vestuário, liderados por grandes empresas, garantiu a expansão da renda não apenas no município, mas em toda a região. Portanto, o que se assistiu no norte do Estado, centrado nas cidades de Joinville e Jaraguá do Sul, foram a retração de algumas empresas e a expansão de outras. No geral, pode-se dizer que, além da manutenção feita do parque industrial eletro-metal-mecânico, a região teve avanços via exportação.

Observando o desempenho da economia catarinense na década de 80, podemos concluir que o crescimento acima da média nacional foi permitido, basicamente, por motivos como: (a) ainda havia espaço para a integração produtiva intra-estadual; (b) os setores menos atingidos pela crise eram justamente aqueles em que Santa Catarina se especializou; (c) boa parte da produção foi deslocada para o mercado externo; (d) os investimentos em infra-estrutura promovidos pelo setor público dentro dos planos estaduais foram amadurecendo ao longo da década; (e) as finanças industrializantes, promovidas pelas agências de fomento e pelos programas de incentivos, garantiam a continuidade dos investimentos; (f) ocorreu uma diversificação produtiva em municípios pólos em cada região, no caso de Criciúma, Jaraguá do Sul e Caçador; e (g) alguns setores mantiveram taxas constantes de incremento tecnológico, como nos setores alimentício, cerâmico e papel e celulose.

Contudo esse crescimento jamais teria sido possível se não fossem garantidas algumas condições mínimas, geradas a partir das políticas nacionais, sobretudo no que diz respeito às políticas cambial e protecionista. Além dessas políticas, poderíamos citar o movimento de desconcentração regional iniciado em 1970, sobretudo as formuladas dentro do II PND, que se estenderam até meados dos anos 80 (Cano, 1997).

Dentro do movimento geral da industrialização brasileira tardia e desorganizada e de seus desdobramentos regionais, podemos observar dois movimentos de integração comandados por São Paulo: a comercial, que se iniciou em 1890 e se estendeu até 1960; e a produtiva, pós 1960. Essa periodização assume formas claras, quando se relaciona a economia paulista ao complexo nordestino e à Amazônia. Na primeira fase, houve um intenso fluxo de mercadorias produzidas em São Paulo e comercializadas em todo o território nacional. Essa integração comercial comandada por São Paulo causou efeitos destrutivos nas estruturas produtivas do Nordeste e do Norte, nos setores que tinham baixa inovação tecnológica e fraca capacidade de alavancagem. Com a industrialização pesada pós 1955, a conquista do mercado nacional pela economia bandeirante intensifica-se ainda mais. Na desaceleração de 1962 a 1967, para manter as mesmas taxas de retorno diante do ciclo recessivo, várias indústrias paulistas se instalaram no Nordeste e no Norte, dentro do bojo dos incentivos fiscais e financeiros, patrocinados pela Sudene e pela Sudam (Cano, 1985; Guimarães Neto, 1989; 1995).

Mesmo estando dentro dessa lógica maior, essa dinâmica assumiu formas diferenciadas em Santa Catarina. Durante o período da integração produtiva, a economia barriga-verde, representada pelos setores madeireiro, têxtil e alimentar, que tinham uma forte inserção nacional, não sofreu bloqueios ou destruição por parte da indústria paulista. Ao contrário, a urbanização e a industrialização no Sudeste fizeram aumentar, ainda mais, as trocas mercantis entre Santa Catarina e a economia nacional.

Entre os anos de 1945 e 1962, a economia catarinense alterou seu padrão de crescimento do mercantil para o industrial, passando a comandar, em menor escala, ao lado de São Paulo, o processo nacional de integração produtiva. Com a sua reprodução ampliada da indústria barriga-verde pós 1962, os setores que já tinham uma relativa participação nacional (alimentar, têxtil e madeira) e os setores metal-mecânico, cerâmico e plástico passaram a ampliar suas bases produtivas, com abertura de novas unidades fora do território catarinense.

O comando do processo de integração produtiva sempre foi ditado pela economia cêntrica, porém as economias regionais, que tinham condições de se engajarem nesse processo, passaram a fazer parte desse comando nos setores em que detinham competitividade, obedecendo, é claro, a uma hierarquia: no caso de Santa Catarina, primeiramente, nos anos 50 e 60, os setores têxteis,

de matérias plásticas e de alimento; em seguida, nos anos 70 e 80, o setor de revestimentos cerâmicos e a ampliação dos alimentos e plásticos; e, mais recentemente, o setor eletro-metal-mecânico.

A partir do momento em que a economia barriga-verde se consolidou nos setores que detinham certo grau de competitividade, rapidamente conquistou o mercado nacional, primeiramente com a instalação de bases comerciais e, em seguida, com a instalação de novas unidades fabris ou com a aquisição de plantas já instaladas.

No entanto, seria incorreto afirmar que Santa Catarina não esteve subordinada ao processo de integração produtiva. A subordinação foi em menor escala em relação a outros estados brasileiros, que reagiam passivamente aos investimentos oriundos de São Paulo. Nos setores de papel e celulose e carbonífero, parte dos investimentos foram provenientes de outros estados ou até mesmo do Exterior. No de papel e celulose, a primeira grande empresa a instalar-se no planalto catarinense foi a Olinkraft, de capital estrangeiro, em 1958. Em seguida, vieram a Klabin — Papel e Celulose Catarinense (PCC), em 1966, e a norte-americana Rigesa, em 1974. Nos anos seguintes, o setor foi alvo de investimentos de grupos paranaenses — o Imaribo, com a compra da Ibicuí, atual Iguazu, o Trombini, com a compra da Papelose Fraiburgo — e gaúchos — a Habitasul, com a compra da Irani.

No setor carbonífero, inicialmente os investimentos foram feitos por firmas cariocas: a Lage & Irmãos e a Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA). No entanto, a maior empresa que explorava o carvão era a estatal Companhia Próspera, fundada em 1921 por pequenos proprietários locais e encampada em 1953 (Heidemann, 1981). No início dos anos 70, quando encerrou o processo de concentração, restaram apenas 12 companhias, sendo uma estatal, três do Rio de Janeiro e oito de capital local.

Quais foram os fatores determinantes que levaram a essa integração produtiva de forma ativa da economia catarinense? Em âmbito nacional, seriam: o mercado nacional em franca expansão, causada pela integração do mercado e pela urbanização, que são dois movimentos que fazem parte da mesma dinâmica da industrialização, e as políticas de incentivos e linhas de crédito promovidas pelos órgãos de planejamento regional. Em âmbito estadual, seriam: o mercado local pequeno diante do potencial das empresas de acumulação, os investimentos em infra-estrutura capitaneados pelo Estado, sobretudo durante a execução do Plameg, do Plameg II e do PCD, e as finanças industrializantes liberadas pelas agências de fomento e pelos programas de incentivos.

6 - Uma reflexão final

Se observarmos a formação econômica do Brasil meridional, é possível identificarem-se várias especificidades, que fizeram parte tanto da formação econômica do Rio Grande do Sul como de Santa Catarina e do Paraná. Apesar de algumas diferenças, são formações que se sobrepõem e que formam uma unidade com características espaciais e socioeconômicas semelhantes.

A pecuária, nos Campos de Lages, é resultado do tropeirismo, que se estendia desde o Rio Grande até as feiras de Sorocaba. O mesmo vai ocorrer no oeste do Estado, com o caminho das tropas que partiam de São Borja, passavam pela atual cidade de Chapecó e seguiam até Palmas no Paraná. A economia ervateira em Santa Catarina, ao longo da divisa com o Paraná, era parte integrante do complexo ervateiro que abrangia o sudeste do Mato Grosso do Sul, o centro-sul do Paraná e o norte de Santa Catarina. A extração predatória da madeira, principalmente da araucária, ocorreu da mesma forma nos três estados do Sul. A pecuária, a erva e a madeira formavam três complexos que unificavam os três estados meridionais.

O movimento migratório de colonos, da serra gaúcha para o noroeste do Rio Grande do Sul, que segue em marcha para todo o oeste catarinense e sudoeste paranaense, fazia parte de um mesmo movimento nacional, no qual também entraram paulistas e mineiros: são as frentes “pioneiras” na busca de terras, promovidas pela modernização conservadora da agricultura brasileira. Portanto, o noroeste gaúcho, o oeste catarinense e o sudoeste paranaense, apesar das particularidades, têm a mesma formação e fazem parte de uma só totalidade.

O crescimento econômico no sul catarinense pós 1914 é um reflexo direto da necessidade de carvão, cerceado durante a Primeira Guerra, e da necessidade da indústria brasileira que começava a ensaiar uma diversificação produtiva. As atividades carboníferas aceleraram-se ainda mais a partir de 1930, com a política protecionista e a industrialização.

Talvez coubesse fazer a seguinte pergunta: qual a região, em Santa Catarina, que teve uma “formação própria” sem estar diretamente ligada à expansão ditada fora de seu espaço ou que não é um mero reflexo de processo gerado em outra região? Se desconsiderarmos as cidades de São Francisco, Florianópolis e Laguna, podemos identificar três formações com graus diferentes de “autonomia”. A primeira formação foi Joinville, que, durante as duas primeiras décadas do século XX, teve uma forte ligação com o complexo ervateiro e, nas décadas seguintes, com a extração da madeira, ao mesmo tempo em que cresciam paralelamente as pequenas atividades comerciais e artesanais. A segunda, nas colônias italianas, no sul do Estado, que, até o início da Primeira Guerra, cresciam independentes das minas. Os núcleos de povoamento eram

dinamizados pelas pequenas atividades comerciais e artesanais derivadas da agricultura. No entanto, depois de 1920, as atividades carboníferas sobrepujaram-se à agricultura. Portanto, o grau de “autonomia” de Joinville e das colônias no sul era relativo. A terceira formação, e a que talvez tenha tido um grau de “autonomia” maior, foi a de Blumenau. Numa primeira fase, Blumenau tinha ligações com as atividades madeireiras da região circunvizinha, mas seguiu um “caminho próprio”, com o crescimento das atividades têxteis pós 1880. É sabido que os anos da guerra e a industrialização brasileira integraram os têxteis blumenauenses, mas se pensarmos as formações microrregionais em Santa Catarina dentro da totalidade do Brasil meridional, é possível dizermos que Blumenau teve pouca influência da erva-mate, do movimento migratório das fronteiras agrícolas do século XX e do corte da araucária. É possível chegarmos a essa conclusão somente se analisarmos a formação dos três estados sulinos no seu conjunto.

Se compararmos as zonas de colonização no Brasil meridional com o restante do País, talvez pudéssemos afirmar que as colônias catarinenses se assemelham naquilo que Sérgio Buarque de Holanda chamava de “americanismo” e que era “interiormente inexistente” no Brasil (1997, p. 172). Talvez pudéssemos dizer que, nas colônias catarinenses, havia uma sociedade orgânica e com “nexo moral”, ao contrário daquilo que Caio Prado Júnior (1996, p. 341) observava em muitas regiões brasileiras. Talvez a habilidade técnica de muitos imigrantes tenha garantido o surgimento de muitas pequenas indústrias, ao contrário do regresso econômico nas regiões das minas, no último quartel do século XVIII, quando, segundo Celso Furtado (1989, p. 79) a “incapacidade técnica dos imigrantes” anulou um desenvolvimento endógeno. Talvez as “oligarquias brancas” catarinenses tenham se tornado “esclarecidas” mais rapidamente que outras oligarquias brasileiras, porém sempre plutocráticas, como afirma Oliveira Vianna (1987, p. 137).

Uma das peculiaridades da formação econômica de Santa Catarina é a forte presença do capital de origem local. Talvez o que diferencie Santa Catarina em relação a outras regiões seja justamente a palavra **forte**. Ademais, é bom lembrar que o capital local também se fez presente na formação econômica gaúcha, principalmente nas colônias. Em Minas Gerais, a indústria têxtil e a metalúrgica tinham uma estreita ligação com empresários locais, e, em São Paulo, a origem da indústria paulista deu-se a partir da expansão do complexo cafeeiro, portanto, de origem local. Diante do dilúvio neoliberal e da desnacionalização suicida, a questão mais importante, hoje, talvez seja questionarmos se o capital instalado em Santa Catarina é nacional ou não.

Bibliografia

- ALMEIDA, Rufino Porfírio. **Um aspecto da economia de Santa Catarina: a indústria ervateira — o estudo da Companhia Industrial.** Dissertação (Mestrado) — CCH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1979. 239p.
- ALMEIDA, Rufino Porfírio; SCHMITZ, Sergio. **CELESC 40 anos de luz: uma visão social.** Florianópolis: CELESC, 1995. 299p. (Relatório de pesquisa — versão preliminar).
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FABRICANTES DE PAPEL E CELULOSE. **Relatórios anuais.** São Paulo, 1967-1995.
- BAER, Monica. **O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1993. 213p.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Relatórios de atividades.** Florianópolis: [s.n.], 1975-1999.
- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Vinte anos de contribuição ao desenvolvimento de Santa Catarina.** Florianópolis: [BRDE], 1982.
- BARRETO, Maria T. Sobierajski. **Poloneses em Santa Catarina: a colonização do Alto Vale do Rio Tijucas.** Florianópolis: Ed. da UFSC; Lunardelli, 1983. 143p.
- BELLANI, Eli Maria. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917-1950).** Dissertação (Mestrado) — CFH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1991. 260p.
- BONETI, José Itamar da Silva et al. **Cadeias produtivas do Estado de Santa Catarina: maçã.** Florianópolis: EPAGRI, 1999. 94p. (Boletim técnico n. 105).
- BORNHAUSEN, Jorge Konder; CÓRDOVA, Henrique. **Plano de ação.** Florianópolis: [s.n.], 1979. 55p.
- BORNHAUSEN, Irineu. **Plano de obras e equipamento.** Florianópolis: [s.n.], 1955.
- CAMPOS, Pedro Ivo; MALDANER, Casildo. **Rumo à nova sociedade catarinense: plano de governo março/87 a março/91.** Florianópolis: [s.n.], 1987. v. 1, 33p.

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970-95. **Economia e Sociedade**, Campinas: UNICAMP/IE, n. 8, jun. 1997.

CANO, Wilson. Conseqüências do neoliberalismo. **Economia e Sociedade**, Campinas: UNICAMP/IE, n. 1, ago. 1992.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Global; Campinas: UNICAMP, 1985. 369p.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990. 318p.

CARNEIRO, Ricardo. Crise, ajustamento e estagnação: a economia brasileira no período 1974-89. **Economia e Sociedade**, Campinas: UNICAMP/IE, n. 2, ago. 1993.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Dissertação (Mestrado) — CFH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1997. 231p.

COSTA, Liturgio. **O continente de Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 4v.

DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina: documentários**. Caxias do Sul; Porto Alegre; Florianópolis: Ed. da UDUCS; EST; Lunardelli, 1983. 182p.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. **Informativo anual da indústria carbonífera**. Brasília: [DNPM], 1980-1999.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Cadastro industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: [FIESC], 1970-2000.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em dados**. Florianópolis: [FIESC], 1990-1999.

FONSECA, Pedro Dutra. **BRDE: da hegemonia à crise de desenvolvimento**. Porto Alegre: BRDE, 1988. 134p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Nacional, 1989. 248p.

GOULARTI FILHO, Alcides. A indústria cerâmica do sul catarinense: participação estatal, rupturas tecnológicas e mercado externo. **Geosul**, Florianópolis: CFH/Dep. de Geociências, v. 12, n. 24, jul./dez. 1997.

GOULARTI FILHO, Alcides. **A inserção da indústria do vestuário na economia do sul de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) – CFH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1995. 176p.

GOULARTI FILHO, Alcides. As origens e a diversificação do parque industrial sul-catarinense. **Revista de Tecnologia e Ambiente**, Criciúma: UNESCO, v. 2, n. 1, jan./jul. 1996.

GOULARTI FILHO, Alcides; NETO, Roseli Jenoveva. **A indústria do vestuário: economia, estética e tecnologia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. 197p.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades regionais e federalismo. In: SILVA, Pedro L. Barros; AFFONSO, Rui de B. Álvares (orgs). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDP; UNESP, 1995.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do nordeste**: da articulação comercial à integração produtiva. Recife: Massangana, 1989. 295p.

HEIDEMANN, Eugenia Exterkoetter. **O carvão catarinense 1918-1954**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1981. 115p.

HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale Rio do Peixe**. Joaçaba: UNOESC, 1996. 168p.

HELOU FILHO, Esperidião Amin; BAUER, Paulo. **Santa Catarina: Estado vencedor**. Florianópolis: [s.n.], 1999. 10p.

HELOU FILHO, Esperidião Amin; FONTANA, Victor. **Cartas dos catarinenses**. Florianópolis: [s.n.], 1982. 15p.

HERING, Maria Luiza Reunax. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: FURB, 1987. 334p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 220p.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina**. Florianópolis: 1976-1998.

JESUS, Samir Ribeiro de. **Formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo do planalto serrano**. Dissertação (Mestrado) – CSE, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1991. 176p.

KLEINÜBING, Vilson; REIS, Antonio Carlos Konder. **Plano SIM: para viver melhor em Santa Catarina**. Florianópolis: [s.n.], 1990. 130p.

- LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Poder político e mudança social**: estudo sobre o poder político oligárquico no município de Lages/SC. Dissertação (Mestrado) — CSE, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1977. 145p.
- LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. **Crise de financiamento dos governos estaduais 1980-1988**. Tese (Doutorado) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1992. 298p.
- MAM!GONIAN, Armen. Brusque: estudo de geografia urbana e econômica. In: SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE. **Álbum do 1º centenário de Brusque**. Brusque: SAB, 1960. 41p.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 182p.
- PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas: Instituto de Economia, 1998. 291p.
- PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994. 372p.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 390p.
- RABELO, Giani. **A luta dos mineiros contra a privatização da CSN-Criúma**: uma avaliação crítica. Florianópolis: UFSC/CED, 1992. 61p. Monografia de especialização.
- RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 1997. 172p.
- REIS, Antonio Carlos Konder; FONTANA, Atílio. **Plano de governo 1975-1979**: governar é encurtar distância. Florianópolis: [s.n.], 1975. 56p.
- RENK, Arlene. **Questões sobre a imigração urbana e o êxodo rural em Chapecó**. Chapecó: FUNDESC/Dep. de História, 1991. 14p. Mimeo
- RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau**. Blumenau; Florianópolis: Ed. da FURB/Ed. da UFSC, 1992. 88 p.
- SALLES, Colombo Machado. **Projeto catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: [s.n.], 1971. 87p.
- SANTA CATARINA. Governador. **Mensagem do governador apresentada ao Congresso Representativo/Assembléia Legislativa**. Florianópolis: [s.n.], 1916-1935.

SANTA CATARINA. Secretaria de Coordenação Geral e Planejamento. **Séries estatísticas de Santa Catarina**. Florianópolis: [s.n.], 1990.

SCHMITZ, Sérgio. **Bancos privados e públicos em Santa Catarina: a trajetória do BDE** — contribuição à história bancária catarinense. Tese (Doutorado) — FFLCH, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo. 1991. 461p.

SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo** — PLAMEG — 1961-1965. Florianópolis: FSC/ /FESC/UEDESC, 1985. 134p.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Dissertação (Mestrado) — Museu Nacional, Universidade Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1973. 161 p. (Dissertação de mestrado).

SILVA, José Graziano da, KAGEYAMA, Angela. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998. 211p.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteiras agrícolas e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192p.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SUZIGAN, Wilson. A indústria brasileira após uma década de estagnação: questão para política industrial. **Economia e Sociedade**, Campinas: UNICAMP/IE, 1992. v. 1.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1998. 206p.

THOMÉ, Nilson. **O trem de ferro: a ferrovia do contestado**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983. 204p.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP; Niterói: UFF, 1987. v. 2, 199p.

VIEIRA, Paulo Afonso; HÜLSE, José Augusto. **Proposta de governo: viva Santa Catarina**. Florianópolis: [s.n.], 1994. 93p.